



Estrada de Ferro Vitória a Minas

Demonstrações Financeiras

“Carve-out”

31 de dezembro de 2024



Estrada de Ferro Vitória a Minas
Índice das Demonstrações Financeiras “Carve-out”

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras “Carve-out”	3
Demonstração do Resultado	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras “Carve-out”	11
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras “Carve-out”	
3. Receita de serviços, líquida	
4. Custos e despesas, por natureza	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Disponibilidades	
8. Obrigações sociais e tributárias	
9. Intangível	
10. Imobilizado	
11. Provisões para processos judiciais	
12. Patrimônio líquido	
13. Partes relacionadas	
Responsável Técnico	19

Estrada de Ferro Vitória a Minas

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	Notas	Exercício findo em 31 de dezembro de	
		2024	2023
Receita de serviços, líquida	3	5.583.170	5.090.098
Custos dos serviços prestados	4(a)	(3.199.599)	(2.983.895)
Lucro bruto		2.383.571	2.106.203
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	4(b)	(35.928)	(35.575)
Outras despesas operacionais, líquidas	4(c)	(374.164)	(168.345)
Lucro operacional		1.973.479	1.902.283
Resultado financeiro, líquido	5	73.796	343.339
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		2.047.275	2.245.622
Tributos sobre o lucro	6		
Imposto de renda		(511.819)	(561.406)
Contribuição social		(184.255)	(202.106)
		(696.074)	(763.512)
Lucro líquido do exercício		1.351.201	1.482.110

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras "Carve-out".

Estrada de Ferro Vitória a Minas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Notas	Exercício findo em 31 de dezembro de	
		2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		2.047.275	2.245.622
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	9 e 10	953.143	823.593
Atualização do contrato de concessão	5	900.748	819.175
Provisão para processos judiciais	11	489.161	265.001
Baixa do imobilizado e intangível		62.047	82.118
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber - Partes relacionadas		226.527	(378.295)
Almoxarifado		18.207	89.047
Depósitos judiciais		75.515	(24.896)
Fornecedores		312.652	61.129
Fornecedores - Partes relacionadas		(2.500)	(20.914)
Obrigações sociais e tributárias		(69.643)	116.442
Contingências		(155.515)	(126.425)
Outros ativos e passivos, líquidos		(33.596)	(24.065)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.824.021	3.927.532
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado e intangível	9 e 10	(1.488.325)	(1.726.449)
Prorrogação antecipada da concessão		(3.421.604)	(1.365.730)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(4.909.929)	(3.092.179)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos aos acionistas	12	(352.001)	(270.192)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(352.001)	(270.192)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no exercício		(437.909)	565.161
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.997.613	8.432.452
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício		8.559.704	8.997.613

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras "Carve-out".

Estrada de Ferro Vitória a Minas

Balço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo			
Ativo circulante			
Disponibilidades	7	8.559.704	8.997.613
Partes relacionadas	13	198.319	424.846
Almoxarifado		159.149	177.356
Outros		100.219	61.881
		9.017.391	9.661.696
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	11(c)	197.882	273.397
		197.882	273.397
Intangível	9	18.769.223	19.809.137
Imobilizado	10	4.272.171	4.137.110
		23.041.394	23.946.247
Total do ativo		32.256.667	33.881.340
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores e empreiteiros		591.347	278.695
Obrigações sociais e tributárias	8	6.143.966	5.517.535
Partes relacionadas	13	2.353	4.853
Prorrogação antecipada da concessão	9	2.595.678	2.439.907
Dividendos a pagar	12 (c)	320.910	352.001
		9.654.254	8.592.991
Passivo não circulante			
Prorrogação antecipada da concessão	9	8.624.496	12.679.111
Provisões para processos judiciais	11	1.153.115	819.469
Outros		6.429	1.688
		9.784.040	13.500.268
Total do passivo		19.438.294	22.093.259
Patrimônio líquido			
	12		
Contribuição de capital		4.511.543	4.511.543
Reserva Legal		544.710	477.149
Outras reservas de lucros		7.762.120	6.799.390
Total do patrimônio líquido		12.818.373	11.788.082
Total do passivo e patrimônio líquido		32.256.667	33.881.340

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras "Carve-out".

Estrada de Ferro Vitória a Minas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.511.543	403.044	5.743.386	-	10.657.973
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.482.110	1.482.110
Transações com acionistas:	-	-	-	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(352.001)	(352.001)
Apropriação para reservas	-	74.105	1.056.004	(1.130.109)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.511.543	477.149	6.799.390	-	11.788.082
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.351.201	1.351.201
Transações com acionistas:	-	-	-	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(320.910)	(320.910)
Apropriação para reservas	-	67.561	962.730	(1.030.291)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.511.543	544.710	7.762.120	-	12.818.373

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras "Carve-out".

Estrada de Ferro Vitória a Minas

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Receita bruta		
Receita de serviços	6.851.594	6.248.323
Outras receitas	162.027	135.491
Menos:		
Custo dos serviços de transporte de carga	(848.405)	(577.851)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(599.233)	(852.393)
Custos dos serviços de transportes de passageiros	(22.406)	(28.948)
Outras despesas	(572.956)	(339.411)
Valor adicionado bruto	4.970.621	4.585.211
Depreciação e amortização	(953.143)	(823.593)
Valor adicionado líquido	4.017.478	3.761.618
Recebido de terceiros:		
Receita financeira	1.025.761	1.190.529
Total do valor adicionado a distribuir	5.043.239	4.952.147
Remuneração direta	497.191	433.935
INSS	101.152	93.835
FGTS	27.435	25.620
Benefícios	149.797	147.720
Despesas financeiras	951.965	847.190
Impostos federais	1.259.576	1.274.452
Impostos estaduais	704.922	647.285
Lucro líquido do exercício	1.351.201	1.482.110
Distribuição do valor adicionado	5.043.239	4.952.147

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras "Carve-out".

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Vitória a Minas (a "Ferrovia" ou "EFVM") compreende uma ferrovia de 905 quilômetros, que interliga as minas de Itabira no Estado de Minas Gerais ao porto de Tubarão em Vitória - Espírito Santo, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. ("Vale" ou a "Companhia"), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como aço, carvão, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

Em dezembro de 2020, a Vale celebrou um acordo com o Governo Federal, para prorrogar suas concessões para operar a Estrada de Ferro Carajás ("EFC") e a Estrada de Ferro Vitória a Minas ("EFVM") por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

A Vale, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a União Federal, por meio do Ministério dos Transportes (em conjunto: "Partes"), vinham discutindo sobre as condições gerais dos Contratos de Concessão e, em 30 de dezembro de 2024, as bases gerais para repactuação foram reestabelecidas entre as Partes e cumprirão formalizações usuais, sendo submetidas à avaliação e anuência das autoridades competentes.

A repactuação será feita em conformidade com os termos dos contratos de concessão, que seguem vigentes, visando promover sua modernização e atualização. Sob as bases gerais da repactuação, a Vale se comprometeu com um aporte global máximo de aproximadamente R\$ 4.349.493 a título da revisão de levantamento da base de ativos da EFVM, da otimização de obrigações contratuais e do replanejamento de investimentos. Adicionalmente, a Vale realizou um pagamento antecipado referente a EFVM no montante de R\$ 1.229.384 em 30 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, a Ferrovia EFVM possui um passivo referente a prorrogação antecipada das concessões no valor de R\$ 11.220.174 (R\$ 15.119.018 em 31 de dezembro de 2023).

2. Base de preparação das demonstrações financeiras “Carve-out”

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras “Carve-out” (“demonstrações financeiras”) foram preparadas considerando os critérios estabelecidos no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões (“Anexo 8”) celebrado em 18 de dezembro de 2020 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia, adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

Todas as informações relevantes próprias dessas demonstrações financeiras e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Vitória a Minas, bem como correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Vale.

b) Base de apresentação

Estas demonstrações financeiras representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Vitória a Minas e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale, e foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Anexo 8” firmado com a União.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Vale, em 15 de maio de 2025.

c) Demonstração do Valor Adicionado

Após a renovação das concessões ferroviárias realizadas em dezembro de 2020, foi acordado entre a Vale e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que a partir de dezembro de 2021 a Ferrovia deveria divulgar em seu relatório financeiro a demonstração do valor adicionado. Essa demonstração foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.

e) Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados.

f) Estimativa e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Ferrovia na preparação dessas demonstrações financeiras estão assim apresentadas conforme especificado nas notas 10 e 11.

g) Demonstração dos fluxos de caixa

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma, conforme determinado no Anexo 8 e descrito na política contábil da nota 7, a demonstração dos fluxos de caixa representa a movimentação dos saldos de disponibilidades nas demonstrações financeiras.

3. Receita de serviços, líquida

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Transporte próprio da Vale (i)	5.427.913	5.079.063
Transporte de carga geral e de passageiros	429.264	390.906
Receita acessória de transporte	994.416	778.353
Impostos sobre receitas	(1.268.423)	(1.158.224)
Total	5.583.170	5.090.098

(i) O aumento da receita com transporte próprio da Ferrovia está atrelado ao preço, que teve um aumento de 4% quando comparado com o exercício anterior.

Política contábil

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, e por um montante que reflita a contraprestação que a Ferrovia espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço para o minério próprio transportado, conforme tarifas máximas de referência homologadas pela ANTT, conforme citado no item 2.1 do Anexo 8.

4. Custos e despesas por natureza

a) Custos de serviços prestados

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Pessoal	(775.575)	(701.110)
Material e serviço	(604.222)	(869.116)
Óleo combustível e gases	(499.895)	(507.825)
Depreciação e amortização	(953.143)	(823.593)
Outros	(366.764)	(82.251)
Total	(3.199.599)	(2.983.895)

b) Despesas com vendas e administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Pessoal	(16.409)	(16.606)
Serviços	(9.692)	(8.871)
Depreciação e amortização	(3.479)	(4.096)
Outras	(6.348)	(6.002)
Total	(35.928)	(35.575)

Política contábil

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Provisão para processos judiciais (nota 11)	(489.161)	(265.001)
Pesquisa e desenvolvimento	(13.532)	(15.153)
Venda de materiais	34.942	37.107
Receitas de aluguel	27.580	40.135
Receitas de plataformas de fornecedores (i)	23.661	-
Ressarcimento de danos em vagões (ii)	21.000	-
Outras	21.346	34.567
Total	(374.164)	(168.345)

(i) Receita obtida através das transações realizadas no portal de fornecedores para os processos da ferrovia.

(ii) Indenização paga pela FCA pelos danos causados aos vagões da VALE, conforme cláusula 8.6 do Contrato Operacional Específico.

Política contábil

Destina-se à contabilização de outras despesas operacionais, líquidas relativas ao Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, não classificados nos grupos custos dos serviços prestados e despesas com vendas e administrativas.

5. Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Despesas financeiras		
Juros	(48.807)	(27.258)
Atualização do contrato de concessão	(900.748)	(819.175)
Variações monetárias e cambiais	(2.410)	(758)
	(951.965)	(847.190)
Receitas financeiras		
Juros	977.758	1.146.660
Variações monetárias e cambiais	34.003	43.868
	1.025.761	1.190.529
Resultado financeiro líquido	73.796	343.339

Política contábil

Concessões - Os passivos das concessões ferroviárias são compostos pelo valor presente líquido dos pagamentos futuros associados aos pagamentos fixos pela outorga e às obrigações de investimento em infraestrutura.

As políticas contábeis materiais relacionadas aos itens de receitas financeiras estão demonstradas na nota explicativa “7. Disponibilidades”.

6. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	2.047.275	2.245.622
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(696.074)	(763.512)

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada exercício, conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o cálculo dos tributos incidentes sobre as vendas e sobre o resultado, deverá considerar as receitas provenientes do transporte de minério próprio, e ser realizado de forma a refletir as alíquotas, deduções e benefícios previstos na legislação vigente. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a provisão para os tributos sobre o lucro foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro. A contrapartida dos impostos (incluindo impostos sobre a renda, bem como outros incidentes sobre o resultado) são apresentados no ativo ou passivo dependendo dos saldos em aberto.

7. Disponibilidades

A posição de disponibilidades da Ferrovia, refere-se às movimentações de entrada e saída de caixa, proveniente de suas receitas e despesas, além de suas obrigações. A Ferrovia dispõe de recursos financeiros junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários.

Conforme determinado no Anexo 8, o saldo da conta de disponibilidades, será remunerado ao final de cada mês com base na taxa média praticada pela Vale em suas aplicações financeiras, com a contrapartida na conta receitas financeiras.

Política contábil

Conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o saldo da conta disponibilidades será apurado mensalmente considerando, inclusive, as receitas provenientes do transporte de minério próprio, e resultará em receitas financeiras para a EFVM, quando o saldo da conta disponibilidades for positivo, e desde que o saldo da conta empréstimos seja "zero", o saldo da conta de disponibilidades deverá ser transferido para a conta de aplicações financeiras de curto prazo e registrada na receita financeira calculada a partir da remuneração usualmente obtida pela Concessionária para esse tipo de aplicação.

8. Obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição das obrigações sociais e tributárias:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Passivo		
Obrigações sociais	226.308	316.525
COFINS	200.278	250.626
ISS	11.015	8.443
IRPJ	3.770.196	3.236.399
CSLL	1.341.366	1.156.731
Outras	594.803	548.811
Total a recolher	6.143.966	5.517.535

Política contábil

As obrigações sociais tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam os impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS proveniente das receitas da Ferrovia, bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme regime de competência. Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma os tributos a recuperar e obrigações sociais e tributárias foram apresentados de forma acumulada no Balanço Patrimonial da Ferrovia.

9. Intangível

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.295.488
Adições	650.665
Atualização do contrato de concessão	1.459.744
Amortização	(589.424)
Baixas	(7.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.809.137
Custo	22.795.462
Amortização	(2.986.325)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.809.137
Adições	1.035.777
Atualização do contrato de concessão (i)	(1.377.988)
Amortização	(697.703)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.769.223
Custo	22.409.378
Amortização	(3.640.155)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.769.223

(i) A atualização do contrato de concessão está vinculada com o aumento da taxa de desconto e o efeito da repactuação no exercício.

Prorrogação antecipada da concessão

O passivo reconhecido da EFVM, é composto por: valores de outorga das concessões, memória Ferroviária, desenvolvimento tecnológico e conflitos urbanos. A renovação dos contratos de concessão prevê a revisão e inventário físico da base de ativos existente pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), podendo afetar o valor das obrigações assumidas. Adicionalmente, a ANTT pode requerer investimentos adicionais, de forma unilateral, na malha da Concessão, cujas condições e limitações serão estabelecidas em ato específico. Em ambas as circunstâncias, serão requeridas discussões sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Política contábil

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A Companhia possui concessão para explorar bens da Ferrovia por um período determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangíveis	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

10. Imobilizado

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros (i)	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	152.012	258.399	156.094	1.489.330	1.314.440	3.370.276
Adições	-	-	-	-	1.075.784	1.075.784
Baixas	(1.202)	(1.529)	(1.877)	(12.356)	(57.817)	(74.781)
Depreciação	(2.898)	(55.667)	(17.505)	(158.099)	-	(234.169)
Transferências	(4.445)	46.982	21.895	634.918	(699.350)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	143.467	248.185	158.607	1.953.793	1.633.057	4.137.110
Custo	197.798	800.821	668.411	4.386.447	1.633.057	7.686.534
Depreciação acumulada	(54.331)	(552.635)	(509.804)	(2.432.654)	-	(3.549.424)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	143.467	248.185	158.607	1.953.793	1.633.057	4.137.110
Adições	-	-	-	-	452.548	452.548
Baixas (ii)	(9)	-	-	-	(62.038)	(62.047)
Depreciação	(2.803)	(62.467)	(23.317)	(166.853)	-	(255.440)
Transferências	(6.193)	60.335	7.420	326.216	(387.778)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134.462	246.053	142.710	2.113.156	1.635.790	4.272.171
Custo	195.085	1.025.437	688.341	4.699.542	1.635.790	8.244.195
Depreciação acumulada	(60.624)	(779.384)	(545.631)	(2.586.386)	-	(3.972.024)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134.462	246.053	142.710	2.113.156	1.635.790	4.272.171

(i) Referem-se a vagões, locomotivas e infraestrutura da Ferrovia.

(ii) Conforme mencionado na nota 1, as Ferrovias são controladas por centros de lucro e existem movimentações de ativos imobilizados para outros centros de lucro, sendo assim, se faz necessária a baixa desses ativos da Ferrovia.

Política contábil

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

Estimativa e julgamentos críticos

Redução ao valor recuperável (“impairment”) - Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, conseqüentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há registro de *impairment* de ativos nas demonstrações financeiras da Ferrovia.

11. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais.

A Ferrovia utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Ferrovia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

a) Processos judiciais provisionados

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas (i)	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.583	106.673	562.932	705	680.893
Adições e reversões, líquido	-	149.247	115.645	109	265.001
Pagamento	-	(34.218)	(103.187)	(184)	(137.589)
Atualizações monetárias, líquido	312	10.429	404	19	(11.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.895	232.131	575.794	649	819.469
Adições (i)	2	5.082	482.795	1.282	489.161
Pagamento (i)	(2)	(21.290)	(165.025)	-	(186.317)
Atualizações monetárias, líquido	259	29.401	(4.349)	5.492	30.802
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.153	245.324	889.215	7.423	1.153.115

(i) Adições e pagamentos referentes a ações judiciais trabalhistas de empregados próprios e de terceiros, com diversos objetos, sendo os mais recorrentes os que envolvem abono complementação, diferença salarial e hora extra.

b) Processos judiciais não provisionados

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Processos tributários (i)	1.465.364	1.333.165
Processos cíveis	101.609	101.642
Processos trabalhistas	170.218	216.604
Processos ambientais	7.591	7.916
Total	1.744.781	1.659.327

(i) O principal processo em discussão é sobre multa isolada de ICMS, no valor de R\$ 1.330.550 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.205.864 em 31 de dezembro de 2023).

c) Depósitos judiciais

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Processos tributários	69.853	67.773
Processos cíveis	9.852	9.483
Processos trabalhistas (i)	117.320	195.349
Processos ambientais	857	792
Total	197.882	273.397

(i) Variação refere-se ao resgate de alvará de diversos processos trabalhistas.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação presente for considerada como perda provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

12. Patrimônio líquido

Para fins das demonstrações financeiras, a Companhia considerou a Ferrovia como uma entidade jurídica legal individual, dessa forma para cumprir com o requerimento do anexo 8, a Companhia denominou os ativos líquidos do carve-out da Ferrovia como Patrimônio Líquido para fins de atendimento a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

a) Contribuição de capital

A contribuição de capital é de R\$4.511.543 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal de R\$ 544.710 (R\$ 477.149 em 31 de dezembro de 2023), e, outras reservas de lucro que possui o valor de R\$ 7.762.120 (R\$ 6.799.390 em 31 de dezembro de 2023) formados pelos lucros dos exercícios anteriores e do exercício corrente, após devidas destinações das reservas conforme previstas no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina que 25% do lucro líquido deve ser destinado a título de dividendos mínimos obrigatório, após as destinações de reserva legal. Em 31 de dezembro de 2024 foram destinados valores para dividendos a pagar de R\$320.910 (R\$352.001 em 31 de dezembro de 2023).

Política contábil

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia. Conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o pagamento de dividendos e a constituição de capital e reservas seguirão a política e as condições estabelecidas para os acionistas da Ferrovia, representados pelos acionistas da Companhia.

13. Partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações financeiras podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, bruta	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Vale	-	-	-	-	5.463.021	5.109.510
VLI	191.284	418.922	1.189	3.750	1.083.260	1.138.813
Outros	7.035	5.924	1.164	1.103	305.313	-
Total	198.319	424.846	2.353	4.853	6.851.594	6.248.323

Política contábil

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (nota 3) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários.

* * *

Cecília Fernandes Albuquerque

Gerente de Controladoria

CRC-RJ 111734/O